



APROVADA
NA 569 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 558
17 de maio de 1995
Hora: 10h 05m às 11h 10m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.319).
3. Consideração da ata correspondente à 553a. sessão.
4. Convocação da reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração (ALADI/CM/Resolução 40 VIII), artigo terceiro (ALADI/CR/PR 135/Rev.1).
5. Convocação da Quinta Reunião de Peritos Governamentais sobre o Comércio de Serviços (ALADI/SEC/Proposta 170).
6. Outros assuntos.
 - Seminário. O processo de integração e a nova realidade jurídico-institucional internacional.
 - Programa de atividades da ALADI para o ano de 1995.

Preside:

EFRAIN DARIO CENTURION

Assistem: Jesús Sabra e Gustavo Adolfo Moreno (Argentina), Antonio Céspedes e José Guillermo Loria González (Bolívia,) Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Carlos Eduardo de Ribas Guedes e Luis Antonio Balduino Carneiro (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Humberto Jiménez (Equador), Dora Rodríguez Romero (México), Efraín Darío Centurión, Carlos Galeano Perrone e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo Fernández-Cornejo-Cortés e Pedro Bravo Carranza (Peru), Adolfo Castells Mendivil e Eduardo Penela Ríos (Uruguai), Antonio Rangel (Venezuela).

Secretário-Geral a.i: Isaac Maidana Quisbert.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Bom dia, Senhores Representantes.

Tendo transcorrido cinco minutos depois do prazo fixado, damos início à sessão número 558.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.319).

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana). Senhor Presidente, os Senhores Representantes têm em suas pastas o documento ALADI/SEC/di 2.319 onde estão incluídas as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão.

Nesse sentido quero destacar as seguintes propostas de convocação que serão submetidas à consideração do Comitê na próxima sessão:

- IV Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (Proposta 171);
- I Reunião da Comissão Assessora de Valoração Aduaneira (Proposta 172);
- Grupo de especialistas em matéria de origem (Proposta 173); e
- III Reunião de Peritos Governamentais sobre Trânsito Aduaneiro Internacional (Proposta 174).

Reitero, Senhor Presidente, que estas propostas serão colocadas a consideração na próxima sessão deste foro.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). O Senhor Secretário nos mencionou as convocações dizendo que na próxima reunião serão incorporadas na agenda. Na realidade, entendíamos que isto seria enviado antecipadamente a nossas capitais e seria tratado nas datas previstas no plano de trabalho para as reuniões do Comitê, que em cada um dos casos estão perfeitamente definidas. Por exemplo: para o caso de valoração aduaneira, dia 3 de agosto, para trânsito aduaneiro, dia 29 de setembro, origem, dia 19 de setembro, e assim sucessivamente. Portanto, desejaría que, se bem isto foi antecipado e foi antecipado a nossas capitais, fosse considerada a convocação nessas datas.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Toma-se nota.

3. Consideração da ata correspondente à 553a. sessão.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

As modificações de forma poderão ser passadas à Secretaria, como diz o Regulamento, dentro dos quatro dias úteis seguintes a esta sessão.

4. Convocação da reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração (ALADI/CM/Resolução 40 VIII), artigo terceiro (ALADI/CR/PR 135/Rev.1).

PRESIDENTE. Segundo acordado na sessão passada do Comitê, a Secretaria-Geral preparou o projeto de convocação e agenda para a reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração que figura no documento em questão. Está em consideração.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, apenas para indicar o início dos debates sobre este ponto que, imediatamente depois da última sessão do Comitê, a Representação do Brasil encaminhou o projeto de agenda de convocação com a data da reunião, dia 13, e uma sugestão de projeto de agenda a minha Secretaria de Estado. Durante os debates da última sessão, inclusive, havia uma tendência a acelerar ao máximo a reunião que hoje está sendo realizada; houve, inclusive, uma proposta de que a reunião fosse realizada segunda-feira passada. Naquele momento, a Representação do Brasil se manifestou a respeito, dizendo que pensava que o prazo era muito curto para que Brasília, em relação a esta reunião, desse uma resposta a tempo que nos permitisse atuar na segunda-feira.

Eu desejaría dizer aos senhores que minha hipótese se confirmou, mas não em relação à segunda-feira e sim quanto a hoje: o assunto continua sendo analisado em Brasília; ainda não

recebemos uma indicação; penso que não heverá problemas maiores nem quanto à data nem quanto à estrutura da agenda, mas ainda não obtive uma luz verde de Brasília a respeito deste tema.

Solicitaria, então, aos senhores, se fosse possível, e a título muito excepcional, se pudessem deixar este tema para a próxima reunião e creio que nesse momento, tenho a mais absoluta certeza, terrei as instruções pertinentes. Mas, caso não as tenha, acompanharei na próxima semana, se esta proposta for aceita pelos colegas, o consenso que for estabelecido. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, Senhor Representante.

Não havendo observações por parte dos Senhores Representantes...

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Senhor Presidente, também não recebemos uma resposta completa, digamos, de nossas autoridades para poder aprovar esta convocação, mas recebemos alguns comentários que consideramos que é importante transmitir, dada a proposta que acaba de fazer o Brasil.

Nossas autoridades consideram que embora tenhamos um projeto de resolução para convocar com uma agenda, não temos uma reunião realmente preparada, não temos um documento que os Responsáveis pudessem analisar; temos uma série de documentos, muitos documentos que falam de diversos temas, com propostas da Secretaria que o Comitê ainda não teve tempo de considerar. Então, isto nos leva a pensar que não teremos tempo suficiente para, daqui até a data em que estaríamos convocando a reunião de Responsáveis, poder apresentar um documento, ou seja, ter preparada a reunião de Responsáveis como de costume, ou seja, com um documento que eles venham considerar. Assim que, dada esta situação, estaríamos considerando, reitero, Senhor Presidente, ainda não temos uma resposta total de nossas autoridades, a conveniência de pensar em alguma data posterior, obviamente, a esta contida nesta proposta. Muito obrigada, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Senhora Representante do México, a senhora está fazendo uma proposta formal ou está querendo saber a opinião do Comitê de adiar a data proposta?

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Estou fazendo uma proposta formal para não realizar a reunião nesta data. Não posso ter uma proposta formal quanto à data que seria mais conveniente porque, reitero, ainda não temos uma resposta completa e não teríamos tampouco os elementos necessários preparatórios da reunião.

PRESIDENTE. Está claro. Obrigado, Senhora Representante.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Em primeiro lugar gostaria de perguntar por seu intermédio à Secretaria que documentos seriam distribuídos nesta reunião.

SECRETARIO-GERAL a.i (Isaac Maidana). Senhor Presidente, nós anexamos à Proposta 135/Rev.1 um documento onde fazemos uma relação dos diferentes documentos que a Secretaria elaborou devido ao mandato recebido pelo Comitê para realizar estudos sobre articulação e convergência e ademais aquilo que nos pediram sejam complementares em diversos temas. Estes são os documentos que temos disponíveis e que foram distribuídos às Representações. Não obstante, à luz do proposto pela Senhora Representante do México nos resta a dúvida de se o Comitê deseja ter um documento específico da Secretaria, de apoio para esta reunião, e também nos agradaria saber quais seriam os termos que o Comitê estaria pensando para elaborar este documento.

Em princípio não teríamos inconveniente e o faríamos com muito prazer, se for o caso e ajuda para a convocação desta reunião, em preparar um documento de apoio para esta reunião que se está tratando de convocar. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, a nosso entender, esta reunião de Responsáveis não é a reunião típica que tivemos em outras ocasiões. Esta seria convocada fundamentalmente para que aqueles que concorram à reunião da Comissão Especial de Comércio, dias 14 e 15, possam ter um intercâmbio de idéias neste foro e para definir posições comuns dos países-membros da ALADI frente ao tema da convergência e ao tema da projeção hemisférica.

A Secretaria avaliou a contribuição da ALADI através de um documento de responsabilidade exclusiva da Secretaria para a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, e creio que é conveniente escutar os Responsáveis pela Integração sobre o conteúdo desse documento em particular e o documento sobre articulação e convergência em matéria de preferências, distribuído e apresentado pela Secretaria na reunião anterior.

A nosso entender, esta reunião é fundamentalmente para que os Responsáveis pela Integração que atuam em nossas capitais possam ter nesse dia algum intercâmbio de informação sobre como vemos essa convergência. Se posteriormente, dias 14 e 15, decidem outra situação, inclusive para os próprios Representantes titulares que estamos aqui, nos virá muito bem este exercício inicial e o exercício posterior que será com a Comissão Especial de Comércio.

Por isso entendemos que seria útil esta convocação, mas também seria útil que em uma reunião privada de Chefes, que talvez se possa formalizar antes da próxima sessão do Comitê - onde a Representação do Brasil solicitou que fosse considerada formalmente a convocação - possamos intercambiar idéias entre os Representantes para ver qual seria o perfil que damos a esta reunião e quais seriam os objetivos da mesma.

Se estamos de acordo com esse perfil e com esses resultados objetivos, então sim poderíamos passar a uma reunião do Comitê

na próxima semana para formalizar ou não a convocação dos Responsáveis pela Integração.

Representação do PERU (Guillermo Fernández-Cornejo Cortés). Senhor Presidente, na sessão passada, em que me tocou, em sua ausência, presidir o Comitê, falou-se, justamente, deste detalhe, a concomitância da convocação para o dia 13 em função da reunião do CEC aqui em Montevideu, concretamente nesta sala, entendo, não estou muito seguro de se será assim. E se falou, obviamente, de ter os documentos do caso e também se falou, algumas Representações disseram que era necessário contar com um mês de antecipação para a convocação e eu insisti em que tampouco este detalhe do mês prévio e dos documentos em questão podia ser custe o que custar.

Não obstante, creio que é muito pertinente -como sempre o Embaixador Sabra se adianta e rouba minhas idéias da cabeceira que considerar não apenas tudo o que disse o Embaixador Sabra, e apoio perfeitamente sua atitude, senão que talvez valeria a pena também saber que é o que tratarão nos dias 14 e 15 aqueles que se reunirão em função desta reunião do CEC, da OEA, e tê-lo com antecipação; talvez possamos conseguir que se distribua para estar um pouco previstos, munidos do que eventualmente deveria ser tratado. Claro, isso cada um nas capitais, nossos representantes que assistirão a essa reunião saberão. Mas, talvez valha a pena poder aqui mesmo dar-nos conta do que se trata de ver se a Secretaria pode ajudar-nos no sentido de coordenar e fazer um compêndio de uma posição conjunta, quase de consenso. Isso é tudo, Senhor Presidente.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, concordo com tudo o que foi dito e acrescento que na próxima semana já teremos a visão do Grupo do Rio, que são nossos próprios países, sobre o tema, como também sobre a proposta ou a formulação da Secretaria e quanto a visão de nossos países com relação à Cúpula Hemisférica. Então, são dois elementos muito importantes que tornam mais oportuno reexaminar o tema na próxima semana nos termos em que manifestaram os Senhores Representantes da Argentina e do Peru.

PRESIDENTE. Muito bem. Perfeitamente. Obrigado.

Senhores Representantes, na próxima semana convocaríamos uma sessão privada de Chefes de Representação.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Desculpe, quando é precisamente a reunião do Grupo do Rio?

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Dias 22 e 23.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Por conseguinte, seria útil convocá-la para o dia 24.

PRESIDENTE. Sim. Muito bem; então, a sessão do Comitê em caráter de Chefes de Representação seria convocada para o dia 24.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, apenas uma pergunta, nesse caso; quando seria a reunião formal do Comitê?

PRESIDENTE. Seria resolvido lá.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Perdão, Senhor Presidente, pelo diálogo; pergunto isso porque a Representação do Brasil já tinha manifestado, não sei se a informação chegou a Vossa Excelência, um especial interesse na reunião da semana que vem do Comitê, tão pronto como ela possa ser realizada, porque seria nossa idéia que nesta próxima reunião formal do Comitê o novo Chefe da Representação brasileira junto à ALADI, Embaixador Denot Medeiros, fosse recebido e iniciasse seus trabalhos formalmente perante este Comitê.

A informação que tinha é que, de acordo com a rotina, a próxima reunião do Comitê seria no dia 24 e queria apenas adiantar que o Embaixador está realizando uma série de atividades tendo em vista essa data, por isso lhe pergunto, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Faremos um intervalo.

- Assim se procede.

INTERVALO

PRESIDENTE. Continuamos em sessão formal; passamos ao seguinte assunto.

5. Convocação da Quinta Reunião de Peritos Governamentais sobre o Comércio de Serviços (ALADI/SEC/Proposta 170).

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, efetivamente, em 17 de abril deste ano apresentamos a proposta 170, em anexo à qual há um projeto de acordo convocando a quinta reunião de peritos governamentais em matéria de comércio de serviços.

Sobre este assunto cabe manifestar que na proposta mencionada recolhemos uma série de antecedentes que se iniciam no exato momento em que culminou a quarta reunião, quando um dos países-membros manifestou a necessidade de que o tema referente ao acordo de serviços na Associação fosse elevado à consideração do Comitê para convocar uma reunião de negociação de caráter político.

Igualmente, nessa oportunidade outra Representação -tal como indicado em nossa proposta antes mencionada- disse que o tema devia ser tratado novamente a nível técnico.

Depois, na sessão 538 do Comitê de Representantes a Secretaria apresentou o relatório final dessa Quarta Reunião de Peritos e nessa ocasião um país sugeriu que fosse convocada novamente a reunião de peritos governamentais.

Há exatamente duas semanas, por ocasião da discussão do calendário de atividades e do programa de atividades da Associação, uma das Representações manifestou a necessidade de que este tema fosse tratado no Comitê para tomar uma resolução, se é que era convocada uma reunião de peritos governamentais ou, alternativamente, se era adiado o tratamento do tema.

Nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores Representantes, a Secretaria considera de extrema prioridade que, por qualquer via, a nível técnico ou, alternativamente, a nível político, este tema seja considerado novamente na Associação, porque a tendência da Associação é incorporar este tema aos diferentes acordos que estão sendo negociados ao amparo do Tratado de Montevideu.

Temos concluído uma série de estudos referentes a esta matéria; um deles, de caráter jurídico, no qual se vê as dificuldades que enfrentariam os países para manter a temática de serviços no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, tal como concebido originalmente.

Preocupa-nos, porque já há vários acordos que incorporam, inclusive especificamente, compromissos para a liberação do tema de serviços de alguns ramos ou subsetores de atividade; preocupa-nos porque esses acordos não terão um amparo frente ao artigo 5 do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, aprovado na Rodada Uruguaí do GATT.

Por isso, Senhor Presidente, insistimos no tratamento deste tema. Além disso, quero manifestar que esta proposta foi apresentada muito antes da aprovação do programa de atividades da Associação, era uma das atividades que viemos trabalhando e que viemos permanentemente atribuindo-lhe particular atenção da Associação por sua transcendência para a economia de nossos países, por sua transcendência nas relações econômicas internacionais e pela preocupação que temos a respeito da segurança jurídica que poderia oferecer a Associação para aqueles países que interessados em assumir efetivamente compromissos neste campo e mantê-los isentos da aplicação da cláusula da nação mais favorecida, tal como acordado na Rodada Uruguaí do GATT.

Portanto, Senhor Presidente, estes são os antecedentes que justificam a proposta que apresentamos nesta oportunidade e que estão no documento 170, de 17 de abril, como já manifestei. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, escutei com atenção o que falou o

Senhor Secretário. Queria apenas acrescentar algumas observações.

A primeira -creio que é básica para nós- é que não compete à Secretaria-Geral dizer qual é a prioridade dos temas da agenda da ALADI. Considero que a Secretaria-Geral compete trabalhar os temas nas prioridades definidas pelo Comitê. Esse aí é um ponto básico, fundamental, para que evitemos equívocos agora e no futuro.

Levando em conta isso, partindo deste pressuposto, que considero razoável, de que a Secretaria-Geral é um instrumento do Comitê,; que o Comitê, representando a vontade política dos países, determina as prioridades dos programas de atividades da Associação, queria apenas enfatizar em que houve um grupo de trabalho informal que se reuniu, fez uma negociação bastante complexa e no final conseguiu produzir um documento que foi aprovado por nós e que dá as linhas mestras de programação das atividades da ALADI no que resta do corrente ano.

Lembro também que esse documento foi fundamentado em uma "rationale" que dividiu o grupo de atividades possíveis para a Associação no decorrer deste ano em dois universos diferentes: um, que seria um universo de atividades prioritárias e outro, de atividades que não seriam tão prioritárias. E o consenso se formou ao ser adotado aquele programa, que o tema de serviços não seria considerado como prioritário para o corrente ano. Tão é assim que havia uma referência à quinta reunião de peritos em uma das versões desse programa e foi eliminada; permaneceu apenas o registro de que oportunamente o Comitê deliberaria não sobre convocação; senão sobre um tema mais geral de condução da matéria em um futuro.

A Representação do Brasil acredita que o grupo de trabalho fez uma obra elogiosa; foi difícil montá-lo; as discussões foram em alguns momentos muito delicadas, mas o resultado final foi alcançado; hoje temos um programa da Associação com prioridades definidas e creio que esse programa deve ser respeitado.

Assim, em defesa dessas deliberações dos países, dos onze países que apoiaram o programa, não apenas do Brasil, creio que para o semestre corrente, pelo menos, não seria prudente que começássemos a mudar as prioridades estabelecidas, dando à matéria de serviços, por conveniência, por indicação da Secretaria-Geral, por uma prioridade da Secretaria-Geral, que a meu ver não tem fundamento quando já há uma prioridade definida pelo Comitê de que não mudássemos nossa linha, não mudássemos nosso programa que responde à vontade dos onze países aqui associados, e a discussão substantiva desse tema não deveria ser retomada de imediato; não deveria ser tomada, pelo menos até que a execução do programa de atividades estiver satisfatoriamente avançada.

Qual é o risco de proceder de outra maneira? Vamos instaurar aqui, no Comitê, um debate sobre um tema que é importante; não estou dizendo que seja prioritário; nós mesmos definimos a prioridade dele; é a prioridade dois; embora seja um tema

importante, é de mais longo prazo e creio que é essencial. Mas, o risco é que ele, hoje, não tem uma margem de consenso razoável para que possamos aqui fazer um exercício construtivo; o risco maior é acabar por perturbar as atividades acordadas consensualmente como prioritárias ao desviar recursos e energia para o tratamento de uma atividade que consensualmente indicamos como prioridade dois. Isto, do ponto de vista, vamos dizer, da lógica que deve presidir os trabalhos deste Comitê.

Do ponto de vista substantivo, não quero apenas referir-me à lógica; é de conhecimento geral de, pelo menos, nove de nossos sócios em nossa Associação, através de diálogos que já mantivemos em outro contexto, em ALCSA, no qual o Governo brasileiro tem grandes dificuldades para tratar esse tema, que neste momento, no Brasil estamos fazendo uma reforma constitucional em que um dos temas da reforma é este tema. Então, é evidente que não temos hoje as melhores condições para poder participar mesmo de um debate sobre esse tema, em um sentido mais operacional, de maneira mais construtiva, de maneira que possamos construir consensos. Não quero dizer que não possamos fazer isto daqui a seis meses ou três meses, mas neste momento constitucionalmente não podemos fazê-lo. Isso foi muito claramente explicitado no contexto ALCSA.

Queria dizer aos senhores, também, que se levamos em conta a lógica do Comitê, e mais ainda esta informação paralela que lhes dou sobre a situação peculiar brasileira, fica ainda menos aceitável o projeto de acordo que marca para os dias 29, 30 e 31 de maio a Quinta Reunião de Peritos Governamentais sobre Comércio de Serviços. A própria proposta dessas datas vai contra as regras que estabelecemos aqui de que tem que haver certo período de prazo, que só desobedeceríamos em situações muito específicas, por exemplo a Reunião de Responsáveis pelas Políticas de Integração, mas não se pode transformar a exceção em regra.

Creio que também é uma observação lateral, subsidiária; aqui estaríamos indo em contra do que nós mesmos deliberamos. Obrigado, Senhor Presidente.

Perdão, meu especialista aqui em serviços quer fazer algumas complementações.

PRESIDENTE. Com muito prazer.

Representação do BRASIL (Luis Antonio Balduino Carneiro). Senhor Presidente, apenas dois pontos. Um, em relação ao programa de trabalhos. De fato, a definição desse tema não somente se refere ao consenso construído e aos processos internos dos países, senão inclusive ao tipo de negociação que está ocorrendo atualmente; essas negociações foram colocadas como prioridades da Associação e os temas que foram incluídos como alguns desses que estão colocados para a convocação, como origem e outros, são instrumentais essas negociações e, portanto, foram colocados como prioritários.

O segundo comentário tem a ver especificamente com uma afirmação feita pela Secretaria-Geral de que os acordos bilaterais existentes estão fora do amparo do artigo 5 do GATS caso não haja um acordo-quadro na ALADI. Isso não é verdade. Desculpem que seja direto, mas o que amparará o artigo 5 do GATS é o próprio mérito desses acordos. Ou seja, o fato de que o tema seja tratado entre os onze ou não é absolutamente irrelevante para que esses acordos sejam examinados à luz do artigo 5. Portanto, creio que não há relação entre uma coisa e outra. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, este tema foi incorporado na última reunião do Comitê e nessa oportunidade expressamos nossa perplexidade porque não condiz com o programa de trabalhos.

No programa de trabalhos, página 22, diz: "Comércio de Serviços... . Elaboração dos estudos "Anteprojeto de acordo sobre serviços, ... e "Aspectos jurídicos do anteprojeto...". e a seguir diz: "Consideração do projeto de acordo sobre comércio de serviços no Comitê de Representantes".

Nesta própria convocação meu país assinalou, na quarta reunião de peritos -tal como consta no relatório final- a posição da Representação da Argentina propôs que "... o relatório ..." com o "... anteprojeto em anexo ..." fosse analisado pelo "...Comitê de Representantes a fim de que, com as ..." propostas "...e posições..." manifestadas por cada país, "...decida se convoca uma nova reunião de peritos para aperfeiçoar o texto ou se "... o tema ...deve passar às instâncias políticas de negociação.". Isto implica que estejamos esperando que os Representantes nos reunamos no Comitê para analisar os documentos já distribuídos pela Secretaria e nesse momento avaliemos a oportunidade ou não de convocar os peritos.

Portanto, para nós, esta convocação está fora de contexto; seria necessário que em outra reunião -e talvez daqui a quinze dias- porque recém recebemos os estudos, fossem lidos em nossa Representação e achamos muito interessante as observações que apresentaram e enviamos a nossa chancelaria esses documentos. Estamos esperando respostas dos técnicos de nossa capital para que seja convocada uma reunião do Comitê e se realize o debate e, à luz desses debates, vejamos como podem dar-se os passos sucessivos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Dadas as razões das Representações do Brasil e da Argentina, o tema ficará adiado para uma próxima sessão.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Perdão; não nos termos apresentados agora.

PRESIDENTE. Não.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Em uma próxima sessão, para seu debate em forma geral.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Presidência mencionou as exposições das duas Representações, não o documento apresentado pela Secretaria.

Passamos a "outros assuntos".

6. Outros assuntos.

PRESIDENTE. Em consideração.

- Seminário. O processo de integração e a nova realidade jurídico-institucional internacional.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano Perrone). Senhor Presidente, a Representação do Paraguai gostaria de usar a palavra brevemente para referir-se ao seminário realizado ontem sobre o processo de integração e a nova realidade jurídico-institucional internacional que organizou a Secretaria-Geral da ALADI junto com a Faculdade de Direito da Universidade da República Oriental do Uruguai.

Senhor Presidente, é importante salientar o desenvolvimento desse seminário, realizado de maneira brilhante, tanto pela qualidade dos expositores quanto pelo nível das pessoas que participaram.

É importante também, Senhor Presidente, salientar que ontem, quando finalizava o seminário, surgiu um pedido dos estudantes de Direito da Universidade da República pelo brilhante ato; solicitaram à Secretaria-Geral que novamente fosse realizado outro seminário no segundo semestre.

Não queria deixar passar esta oportunidade sem expressar esse pedido aqui, no Comitê de Representantes, porque acreditamos que o Comitê de Representantes deve acompanhar e apoiar esse pedido dos estudantes e também manifestar à Secretaria que realmente tome as providências para que possa ser levado a cabo novamente um seminário, como o de ontem, que foi realmente muito produtivo.

Também não quero deixar passar a oportunidade de felicitar a Secretaria-Geral na pessoa do Doutor Isaac Maidana e do Doutor Juan Francisco Rojas e de todos os funcionários que participaram da Secretaria pelo magnífico seminário de ontem, seminário que hierarquiza a Associação Latino-Americana de Integração. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Independentemente da nacionalidade comum com o Senhor Representante que acaba de falar, esta Presidência adere a suas expressões e congratular a Secretaria pelo seminário antes mencionado.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana). Muito obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, para agradecer ao Representante do Paraguai seus conceitos sobre o evento. Creio que foi exitoso graças ao apoio recebido de todas as Representações para levá-lo a cabo e, sem lugar a dúvidas, pelo alto nível e experiência dos participantes.

Mas, gostaria de complementar um aspecto mencionado pelo Senhor Representante do Paraguai, vinculado com uma possível próxima reunião de um seminário jurídico desta natureza. Na realidade, surgiram duas iniciativas; por um lado, os advogados e especialistas que estavam na Mesa, através de um professor da Faculdade de Direito do Uruguai, propuseram -creio que interpretando o sentimento dos demais expositores- a necessidade de que se criasse um foro de juristas latino-americanos para a integração como foro reflexivo, "ad hoc", que se reuniria periodicamente para analisar temas gerais ou pontuais, relacionados com o processo de integração regional do ponto de vista jurídico. Consideramos que foi uma idéia muito interessante, que recebeu a aprovação e beneplácito dos presentes, pelo qual, "a posteriori", representantes da Faculdade de Direito assinalaram, que tentássemos enviar algum perfil do que poderia ser esse foro, que estaria enquadrado em um esquema não institucional, senão "ad hoc". Isso por um lado.

Em segundo lugar, manifestaram que seria muito importante levar a cabo um segundo seminário. Creio que, dada a importância dos temas tratados, e sobretudo as conclusões que faremos circular hoje, seria importante continuar com o desenvolvimento destes temas fundamentais e, talvez, incorporar outros. Portanto, estamos pensando que se houvesse possibilidades materiais e de outra natureza para poder levar a cabo no final do segundo semestre, estaríamos programando não só com a Faculdade de Direito do Uruguai, mas também com o apoio e auspício de outras Faculdades e Universidades de nossos países, de maneira a continuar este exercício que acredito seja muito útil para os Representantes na hora em que devem tomar-se algumas definições ou decisões sobre os temas tratados aqui.

Isso é o que queria informar e também que distribuiremos, provavelmente na sexta-feira, a transcrição de todas as exposições, bem como dos comentários e das perguntas feitas aqui, nesta sala, e hoje à tarde serão distribuídas as conclusões sobre cada tema que, sem dúvida, serão de muito interesse para todos os senhores.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, tive a oportunidade de participar de uma das sessões, não de todas, mas sim participaram deste seminário funcionários de minha Representação e valorizamos profundamente esta iniciativa.

Entendemos que atos de tipo acadêmico são fundamentais porque levam a uma possibilidade de reflexão de novos temas. Não obstante, acreditamos que em um segundo seminário deveria fazer-

se um intercâmbio de idéias com os Representantes para ver qual é a sintonia e quais são os tempos políticos nos quais estamos imersos em nossas capitais, porque muitas vezes as exposições estão feitas em um quadro estritamente acadêmico e quando queremos levá-lo aos fatos reais e efetivos, quanto à execução, percebemos que pode existir algum tipo de diferença nos tempos.

Por isso considero que seria útil para este segundo seminário, que a Secretaria nos fizesse chegar, tal como foi feito no primeiro, as pessoas que intervêm, qual a orientação que está sendo dada a isto e quais seriam as necessidades dos países quanto aos novos elementos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Toma-se nota de suas amáveis observações.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana). Senhor Presidente, agradeço as palavras do Senhor Representante da Argentina. Em sua oportunidade, intercambiaremos idéias com o Comitê para elaborar a agenda da próxima reunião. Não obstante, este foro, que ficou constituído, iria manejando uma massa crítica sobre estes temas para serem considerados pelos senhores.

- Programa de atividades da ALADI para o ano de 1995.

Se o Senhor Presidente me permite, desejaria informar, simplesmente, o Comitê sobre um tema vinculado com o programa de atividades que foi aprovado por este foro. Na parte vinculada com o programa de apoio ao Paraguai há duas atividades que serão levadas a cabo na Secretaria, que não têm nenhuma repercussão orçamentária, que serão feitas com o pessoal da Secretaria e que foram solicitadas pelas autoridades paraguaias. Uma, -depois serão distribuídos por escrito os itens- referente a "perfis de mercado para produtos de interesse do Paraguai", e o período de execução será de julho a setembro; é uma lista de produtos que será pro-Paraguai nos próximos dias e sobre os quais trabalhará a Secretaria com seu pessoal.

Um segundo elemento é a "identificação de possibilidades de complementação ou cooperação econômica entre o Paraguai e o Uruguai" e o período de execução será entre julho e agosto. Este também é um estudo que será feito com recursos internos e o objetivo é um pouco detectar setores e possibilidades de investimentos.

Finalmente, há uma pequena modificação de conceito quanto à atividade referente à rodada de negócios a realizar-se em Assunção, e queremos mudar o texto aprovado pelo seguinte: "Cooperação para a promoção e organização de rodadas de negócios entre empresários do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai", o período de execução: maio-junho-outubro.

Se os senhores não tiverem inconveniente, faremos a revisão respectiva do programa de atividades, reiterando que isto não

tem repercussão orçamentária adicional. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.
